



Assembleia de Freguesia de Cortegaça Concelho de Ovar

Reunião Ordinária de vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e dezoito

Ata número Sete do ano de dois mil e dezoito

Ao vigésimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu pelas 21 horas e dez minutos no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sita no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em reunião ordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Um:** Período de Intervenção ao Público;
- Ponto Dois:** PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia);
- Ponto Três:** Atividades da Junta de Freguesia;
- Ponto Quatro:** Discussão e Votação da proposta para venda do prédio com o Artigo Matricial nº 857, propriedade desta freguesia;
- Ponto Cinco:** Discussão e Votação da proposta para venda do prédio com o Artigo Matricial nº 562, propriedade desta freguesia;
- Ponto Seis:** Discussão e Votação da proposta de venda das casas, pertença da Junta de Freguesia ao Município de Ovar, para habitação social e aos eventuais inquilinos e outros interessados;
- Ponto Sete:** Discussão e Votação da adesão da Junta de Freguesia à Anafre;
- Ponto Oito:** Discussão e Votação dos Documentos Previsionais de 2019;
- Ponto Nove:** Discussão e Votação do Mapa de Pessoal 2019;
- Ponto Dez:** Discussão e Votação das Taxas 2019;
- Ponto Onze:** Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro do Presidente da Junta de Freguesia;
- Ponto Doze:** Proposta da Junta de Freguesia da atribuição de condecoração com medalha de ouro da Freguesia ao Cortegacense, Orlando Alves de Sá.

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa (Presidente), Maria da Conceição Grade Alves e



Cipriano Oliveira Gomes (Secretários), constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, eleitos pelo Partido Social Democrata; António Alves de Sousa, Cecília Maria Sá de Oliveira Reis, Jorge Miguel Silva e Sílvia Oliveira (pela Bancada do Partido Social Democrata) e ainda Américo Dias e Miguel Coelho (pela Bancada do Partido Socialista). Estiveram também presentes todos os membros que constituem o executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente (Presidente), Paulo Pinheiro (Tesoureiro) e António Oliveira (Secretário), ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

Aberta a ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia de Freguesia, Luciana Camboa de Sousa, iniciou a reunião pelo ponto um.

Ponto Um - Período de Intervenção ao Público.

Foram abertas as inscrições ao público, onde se inscreveram quatro membros do público, sendo eles, Abel Jesus, António Fonseca, António Simões e António Oliveira.

A Presidente da Mesa da Assembleia procedeu de seguida à audição da Assembleia de Freguesia, e deu a palavra ao público inscrito para poderem pedir esclarecimentos, sobre quaisquer assuntos que entendesse por bem e de interesse para a freguesia de Cortegaça.

Abel Jesus em que questionou o Sr. Presidente da Junta da Freguesia quando iriam ser iniciadas as obras de saneamento na Rua da Zefinha, tendo em conta que lhe causa vários transtornos mensalmente e que a rua está praticamente dotada de saneamento. Abordou também a temática da limpeza do rio, questionando quando ia ser executada a limpeza, visto que o rio tem vários inertes e vegetação. Perguntou ainda se seria possível calcetar uma entrada de uma moradia adquirida pelo próprio.

António Fonseca, sente-se na necessidade de pedir uma ajuda, visto que já o tinha feito. Afirmou ainda que em conjunto com Abel Jesus construiu umas cisternas na sua rua e que necessitam bastante de saneamento na rua, bem como se colocou ao lado de Abel Jesus pela limpeza do rio e na conclusão da rua em paralelo, pois na opinião do mesmo, tratam-se de benefícios para a junta.

António Simões, questionou em primeiro lugar o Sr. Presidente o porquê das sargetas da Rua do Rodelo ainda não terem sido colocadas. Seguidamente perguntou para quando



está prevista a passagem de gás na Rua do Rodelo e o arranjo da mesma. Por fim, alertou que após um acidente entre veículos, a EDP veio recolher um poste partido e que deixou ficar alguns fios abandonados, concluindo que faltava luz num poste, mas que, no entanto, o centro não tinha luz nenhuma.

António Oliveira, tratou de expor sete pontos distintos:

- Para quando um passeio na Rua da Lavoura entre duas casas em questão;
- Saneamento a poluir as ruas dos Tapeteiros e Aldeia;
- Rotunda no cruzamento da Zona Industrial e Rua do Apeadeiro;
- Estacionamentos na rua da igreja em locais que não são destinados para o efeito, reforçando a falta de civismo da população;
- Placa de estacionamento do lado norte do Centro de Saúde, questionando se a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal estavam já concertadas a colocar o estacionamento para funcionários;
- Interrogou em que altura iam ser substituídos os sinais de trânsito na Avenida da Praia, alegando novamente a falta de civismo da população, concretamente nos estacionamentos em cima da Avenida;
- Questionou por fim, se o Executivo se uma casa do Miranda havia sido comprada.

Terminadas as intervenções do público, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça colocou à consideração do Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Cortegaça as diversas questões, que prontamente se dispões a responder.

O Sr. Presidente da Junta afirmou prontamente que é de salutar as várias questões e que é sinal que a população se preocupa com o bem-estar da freguesia, esclarecendo também que muitas das questões não pertencem à competência da JFC, mas que tenta informar ao máximo os seus habitantes e ajudar na defesa dos seus interesses.

Respondendo no que toca ao saneamento da Rua da Zefinha, Sérgio Vicente afirma que trata-se de uma competência da ADRA, onde a CMO tem assento e onde em conjunto tem-se lutado e trabalhado ao máximo para que Cortegaça atinga os 100% de saneamento, reforçando o enorme esforço que a junta tem feito para conseguir completar o saneamento e que está nesta luta ao lado dos moradores, sugerindo ainda



que se os moradores executarem alguma pressão junto da Câmara, se pode tornar benéfico para os mesmos.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sérgio Vicente, esclarece que a limpeza do rio não se trata de uma competência da JFC, sendo interrompido, entretanto por Abel Jesus, membro do público, que prontamente assumiu o erro pedindo desculpa, após a sanção verbal da Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia. Retomando as explicações, considera que são reivindicações plenamente válidas e que acontecem mais frequentemente em anos que chovem mais e que as cheias são problemáticas. Considera ainda que o ambiente é uma área que no geral ainda não é considerada prioritária e que têm chegado à Divisão de Ambiente da CMO vários apontamentos acerca desta mesma questão. Ainda assim, Sérgio Vicente disponibiliza-se para fazer pressão conjunta junto do Sr. Presidente da Câmara pelos direitos dos seus cortegacenses, porque a prevenção fica mais barato que remediar. Quanto à questão da entrada da moradia, Sérgio Vicente assume mea culpa, mas que têm tentado acabar com as ruas em terra batida em Cortegaça, mas que ainda há poucas situações para resolver. O caso em questão até é fácil de resolver, mas compromete-se a requalificar a entrada após a passagem do tempo de inverno, deixando de uma forma digna, compreendendo o ponto de vista dos moradores e reafirmando que cumprirá o seu compromisso.

Respondendo às questões de António Simões, fizeram as diligências necessárias junto da CMO para a reestruturação da Rua do Rodelo, porque com a colocação do saneamento na dita rua, a mesma ficou danificada e a obra irá avançar quando a Câmara assim o decidir. Após várias interrupções por parte do de António Simões, o Sr. Presidente da Junta abordou a temática da Praça Comendador Álvaro Rôla, informando que a junta enviou já vários ofícios para a EDP e até por meios não formais, mas que as reivindicações não foram ouvidas e o poste ainda não está lá e os fios que lá estão não têm corrente absolutamente nenhuma. Na questão do poste fundido, Sérgio Vicente afirma que o poste não está fundido há três meses e que naturalmente qualquer cidadão pode e tem o dever de ligar para a EDP e informar de qualquer problema na via pública, tal como a JFC assim o faz.

Quanto às questões de António Oliveira, entende-se que a primeira questão era relacionada com uma passadeira e não um passeio. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça afirma que a pintura da passadeira se fará, porque existiram



obras recentes na rua e ainda não surgiu a oportunidade. Quanto ao saneamento na Cortebel, Sérgio Vicente afirma que já tem vindo a ser solicitado à ADRA que identifique os poluidores, pois trata-se de uma ação ilegal e reforça que mais importante que manilhar a situação, é encontrar os poluidores e que isto deixe de acontecer.

Abordando a questão da rotunda da ponte, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia declara que é um projeto que já está na CMO e que está previsto para este ano de 2019 e que espera que realmente seja realizada. Afirma que no Centro de Vila trata-se de uma obra de maior envergadura e sinceramente nunca disse em Assembleia de Freguesia que iria conter lá alguma rotunda, mas que será requalificada, mas o estudo ainda não foi feito. Passando ao tema do estacionamento na igreja, Sérgio Vicente reafirma que não é possível lá ter fiscais a controlar, mas que se trata de uma questão de cidadania e que todos esperam que as pessoas respeitem o que lá está sinalizado. Ressalva ainda que fruto dessa falta de cidadania, alguns mecos encontram-se danificados, sendo que transborda um sentimento de tristeza, pois trata-se de uma obra lindíssima e magnífica e que todos deveriam respeitar os locais de estacionamento. Quanto ao assunto da placa de estacionamento na Unidade de Saúde Familiar, o Sr. Presidente considera curioso que cada vez existe mais estacionamento, mas que existem pessoas que colocam este tipo de problemas, numa zona que é exclusivamente da unidade de saúde. De qualquer das formas, a unidade de saúde se trata de uma competência do Ministério da Saúde, mas ainda assim a JFC e a CMO já cooperaram com a unidade de saúde e inclusive foram criados nas traseiras do edifício mais estacionamentos e acesso para as ambulâncias, melhorando assim as acessibilidades para o posto de saúde. Clarifica também que irá reunir com o diretor da unidade de saúde de modo a perceber qual a pertinência da colocação da placa de estacionamento, visto que não se pode fazer sem qualquer tipo de autorização. Passando desta forma às questões relacionadas com os sinais e iluminação na praia, o Sr. Presidente clareia que tendo em conta o custo de substituição de luzes na Avenida da Praia, a EDP não se mostrou favorável à sua alteração, no entanto a JFC tentará levar a bom porto este tema juntamente com o apoio da CMO. Quanto à questão dos sinais, a Junta de Freguesia foi solicitada pela Câmara Municipal para realizar um levantamento de todos os sinais que fossem necessários ser alterados e estão a aguardar a resposta, mas que a junta vai substituindo vários deles, mas que alguns são roubados e danificados por extrema falta de civismo. Respondendo aos estacionamentos na avenida, existe falta de sinais, mas não é por isso que as pessoas



não deixam de estacionar lá e também não é por isso que a GNR vai lá multar, porque a GNR afirma muitas vezes não ter meios. No entanto trata-se de uma questão sensível, porque há vários moradores que necessitam de ter acesso às suas casas e de inverno por uma questão de comodidade deixam o carro à porta de casa e isto deita em erro as pessoas que vêm de fora e conseqüentemente estacionam também lá o carro. Sérgio Vicente afirma ainda que o Executivo tem pensado qual será a melhor solução para esta questão, mas que ainda não está nada decidido, olhando primeiro para os moradores, mas também para dar segurança e bem-estar a todos que lá passeiam. Por fim, o Sr. Presidente da Junta abordou a questão da casa do Miranda, assegurando que o processo já leva mais de um ano e meio e que os herdeiros ainda não alcançaram entendimento e a Junta não continuará à espera de uma decisão que depende dos herdeiros.

Findadas as questões colocadas ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, passa então ao ponto dois da ordem de trabalhos.

Ponto Dois: PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia)

No início deste ponto, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia dispensa a leitura a ata da sessão anterior, tendo em conta que a mesma foi remetida por email para todos os seus membros. Esclarece que onde se lia “Florinda”, tratava-se de “Florindo”, alterações realizadas pelo corretor automático.

Passando assim à aprovação da ata da sessão de 20 de setembro de 2018, a mesma foi aprovada por maioria com sete votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e dois votos contra do Partido Socialista.

O Membro Efetivo, Américo Dias apresentou uma declaração de voto, disposta e consultável no Anexo 1 nesta ata, onde apresentou os motivos pelos quais não votaram favoravelmente à ata da sessão anterior. Suprime-se desta forma a transcrição dos motivos do sentido de voto, tendo em conta que se encontra em anexo a declaração de voto em questão evita-se assim duplicação de informação.

Após leitura e entrega da declaração de voto pelo próprio, passou-se à inscrição dos Membros da Assembleia de Freguesia neste ponto. Inscreveram-se neste ponto, os



membros Sílvia Oliveira por parte da bancada do Partido Social Democrata e Américo Dias e Miguel Coelho pela parte do Partido Socialista.

O membro Américo Dias foi o primeiro a usar da palavra e abordou a rua junto aos caminhos de ferro que liga Cortegaça a Maceda. Afirmou que a rua está deixada ao desleixo, mesmo sabendo que a limpeza e manutenção não pertence às competências da JFC, no entanto é obrigação da mesma fazer pressão para que a mesma se mantenha limpa e funcional. Conclui ainda que a vegetação está a crescer demasiado para o lado da via e reforçou novamente a ideia de que o Executivo deve-se manter atento ao estado da rua e fazer pressão a quem de direito para a manter num estado minimamente limpo.

Américo Dias passou a outro tema, desta vez os sanitários públicos na zona da igreja. No sentido de tentar um esclarecimento e clarificação, o membro do Partido Socialista, afirmou que anteriormente à obra existiam uns sanitários públicos que sendo públicos estavam sob gestão e responsabilidade da JFC e que com a obra da Alameda, os sanitários foram demolidos, não tendo sido reconstruídos. Afirmo ainda que nos dias de culto e de atividades paroquiais, a Paróquia coloca à disposição os sanitários da igreja e do salão paroquial. No entanto, como os sanitários se encontram dentro do salão e dentro da igreja, quando não existe atividade paroquial, nos restantes dias as pessoas não conseguem usufruir deles, impossibilitando assim quem visita durante a semana não tem ao seu dispor os sanitários. Concluiu dizendo que o conjunto Igreja Matriz de Cortegaça (propriedade da Paróquia) e Cemitério Velho (propriedade da JFC) são classificados como edifícios de interesse público, alvo de grande procura turística ao longo de todo o ano e perguntou a quem compete a satisfação elementar de serviço público. Américo Dias, argumentou que na sua opinião não lhe parece que a Paróquia apresente condições para este encargo, entendendo que não será da sua responsabilidade ou obrigação. O membro do Partido Socialista lembrou que existe uma obra para este espaço (construção da Casa Mortuária) e lembrou que se os sanitários não forem de acesso independente, quando a casa mortuária estiver encerrada, os sanitários também estarão e tenta alertar atempadamente para que a gestão dos sanitários seja realizada pela Junta de Freguesia de Cortegaça ou pela Câmara Municipal de Ovar.

Após a intervenção de Américo Dias, toma a palavra, Miguel Coelho, membro também pela bancada do Partido Socialista. Afirmo inicialmente que viu alguns pontos serem esclarecidos, tendo em conta as intervenções vindas do público.



Iniciou a sua intervenção, lembrando que na última sessão da Assembleia de Freguesia, questionou o Executivo acerca da requalificação do Bairro do SAAL e onde o Sr. Presidente da Junta havia dito que os técnicos da Câmara Municipal se tinham deslocado para perceber as reais necessidades dos seus moradores e minimizarem o impacto dos tempos de inverno. No entanto, Miguel Coelho afirma que segundo as informações que tem, nada foi feito e que são vários os casos em que chove dentro das casas. Remata, questionando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, se tem conhecimento desta situação.

Seguidamente, o membro Miguel Coelho, afirma que pensa estar prevista uma intervenção no Largo do Souto e pergunta se a obra prevista tem em objetivo diminuir a velocidade dos veículos que lá passam e para quando é que está prevista.

Conclui, que para além da sinalética da praia, a paragem de autocarro da Praia de Cortegaça necessita também de reparações.

Findadas as intervenções por parte do Partido Socialista, usa da palavra, Sílvia Oliveira, membro da bancada do Partido Social Democrata.

Sílvia Oliveira inicia a sua intervenção afirmando tendo em conta a época festiva e o final do ano, é necessário fazer um balanço acerca de várias obras levadas a cabo por este Executivo e que tanto engrandeceram Cortegaça, reforçando que existem duas obras mais marcantes para a freguesia, o novo edifício da Junta de Freguesia e Centro Cívico e a Alameda Padre Manuel Dias da Silva. A primeira, trata-se de uma obra muito ansiada e que para além dos momentos ligados a reuniões de Assembleia de Freguesia e Municipal, já foi palco de vários momentos culturais, exemplificando o Encontro da Confraria Gastronómica do Município de Ovar, onde participou o Grupo de Danças e Cantares de Cortegaça, a Festa de Final de Ano da Escola do Gavinho ou até mesmo a partilha da luz da paz de Belém, trazido pelo Agrupamento de Escuteiros de Cortegaça. Quanto à obra da Alameda, o membro Sílvia Oliveira afirma que todos que passam contemplam a belíssima igreja que Cortegaça tem. Afirma ainda que as duas obras valorizaram e enaltecem a freguesia. Declara ainda que existem outras obras que foram realizadas e beneficiaram todos os cortegacenses, como o arranjo urbanístico da zona lúdico-desportiva de Cortegaça e outras que se foram concretizando ao longo do ano, mas que não é só com obras que o Executivo tem chegado perto da sua população. Sílvia Oliveira refere ainda que os momentos culturais, desportivos e lúdicos



proporcionados pelo atual Executivo são também importantes, sustentando a sua afirmação com os exemplos da Feira das Coletividades, a 34ª Meia Maratona de Cortegaça e o Cortegaça em Festa. Foi ainda afirmado que a sensibilidade e apoio da JFC ao escutismo foi reconhecido com o galardão oferecido pela Junta Regional do Porto. O membro da bancada do Partido Social Democrata, Sílvia Oliveira expressa que a iniciativa “Cortegaça Vila Cintilante”, uma iniciativa proposta pela Assembleia de Freguesia, mas abraçada e desenvolvida pela Junta de Freguesia, tem trazido resultados positivos e que ao momento dez lugares na freguesia decorados por grupos de moradores e associações, dando assim um brilho especial a Cortegaça e parabenizado todos estes e também os moradores de casas que as decoraram e que isto não seria possível sem a dedicação de todos. Conclui que muito mais havia a dizer, mas deixa palavras de apreço e de orgulho pela dedicação e trabalho deste Executivo em prol dos cortegacenses. Aproveita a intervenção também para desejar um bom ano novo a todos os presentes.

Findadas as intervenções dos membros da Assembleia de Freguesia neste ponto, toma a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente, que elabora a resposta mediante a ordem das intervenções.

Em primeiro lugar e tendo em conta a questão levada a cabo por Américo Dias acerca da rua adjacente aos caminhos de ferro, Sérgio Vicente, afirma que a JFC não tem meios para intervir no local em questão, muito menos competências para o fazer, pois se assim fosse, já teria sido feito. Afirma que os responsáveis pelo local já fizeram parte da limpeza, mas não concluíram, sendo que não se percebe o porquê de não ter sido concluída a limpeza, reforçando que tudo que é competência da Junta de Freguesia, tem sido feito. Quanto ao tema dos sanitários públicos, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia afirma que não considera ser uma questão e recorda que na anterior reunião de Assembleia de Freguesia, afirma que o Executivo não entende que seja uma competência e obrigação da Junta de Freguesia construir sanitários públicos por causa dos serviços da igreja, lembrando que o mesmo acontece na Praia (ausência de sanitários públicos) e que na própria Junta quando fecha, não tem sanitários lá fora para servir quem nos visita. Sérgio Vicente reforça ainda que as competências devem ser entregues a quem lhes compete, no entanto não nega que a JFC possa ser a obreira ou financiadora dos sanitários, mas não admite que sejam exigidas competências que não lhe pertencem. Argumenta ainda que para serviços da igreja, tem que ser a igreja a



resolvê-los, ou se a igreja sente assim tanta dificuldade, que seja a igreja a procurar solução e apoio junto do Executivo e que este é o entendimento da Junta de Freguesia de Cortegaça. Concluindo esta temática, o Sr. Presidente informa que têm procurado junto do pároco uma outra solução, pensando assim que um possível futuro Museu de Arte Sacra possa ser uma alternativa para os sanitários públicos. Sustenta ainda que é fácil falar e expor críticas, mas ninguém apresentou ainda uma solução e que não vale a pena tentar criar polémicas onde elas simplesmente não existem. Sérgio Vicente faz ainda referência à Praia de Cortegaça, por também não ter sanitários públicos para servir quem nos visita e que aí sim gostava de ver uma moção nesse sentido, pois certamente afeta muito mais gente e essa sim é da competência da Junta de Freguesia. Após interrupção dos membros do Partido Socialista, Américo Dias tenta reajustar que na sua intervenção tentou também fazer parte da solução e que o seu discurso serviu como sugestão. Mais uma vez, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente, realça que já transmitiu à igreja, já transmitiu à Assembleia e que já transmitiu à população, que neste assunto a JFC é clarinha e continuam com a mesma posição, estando sempre do lado da solução. Naturalmente entendem que quem usa a igreja, quem vai à catequese e quem visita aquela zona precisa de utilizar sanitários, mas que compete a este Executivo definir prioridades.

Passando às questões elaboradas pelo membro Miguel Coelho, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, afirma que tem conhecimento dos técnicos lá estarem e que não tem conhecimento que não tenham resolvido situações pontuais, mas se havia queixas e deixou de haver, talvez tenha sido porque as questões foram resolvidas. O membro Miguel Coelho, interpela o Sr. Presidente da Junta e admite que realmente os técnicos foram lá. No entanto, Sérgio Vicente deixa o compromisso de enviar a nota a quem de direito para verificar a situação, porque as pessoas não podem viver naquelas situações e acredita que está para muito breve o arranque da obra. Abordando a questão da obra no Lugar do Souto, Sérgio Vicente afirma que será das primeiras obras a arrancar em 2019 e que está previsto um ligeiro aumento de quota em todos os sentidos,

à semelhança do Largo do Campo, com o intuito de reduzir a velocidade, até porque a JFC está ciente da realidade da situação. Afirma ainda que poderá criar mais algum estacionamento junto à Capela de S. José. O Sr. Presidente da Junta afirma também que já estiveram a verificar a paragem de autocarros da Praia e que pediram a um serralheiro para uma solução temporária e que no futuro será substituída de forma definitiva.



Sérgio Vicente agradece ainda a intervenção de Sílvia Oliveira, que não tem falsa modéstia e que realmente este Executivo tem feito um trabalho muito próximo da comunidade e da freguesia e realça num ponto que partiu da Assembleia da Freguesia, “Cortegaça Vila Cintilante” e que trabalham todos muito melhor em conjunto e que a JFC estará sempre presente para apoiar e incentivar todas as boas propostas que surgem entretanto e que estão para ficar em prol dos cortegacenses.

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Luciana de Sousa, dá a passagem para o ponto três da ordem de trabalhos.

Ponto Três: Atividades da Junta de Freguesia

Desta forma, toma a palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, afirmando que existem vários pontos que merecem algum destaque. São eles o facto da distinção escutista por parte da Junta Regional do Porto, que o enche de orgulho e que sente o contentamento do grupo escutista de Cortegaça. O Sr. Presidente foca ainda também a bênção da imagem de Santa Marinha, colocando-a no sítio certo e no momento certo e que todos os cortegacenses se sentem muito orgulhosos da mesma. Sérgio Vicente refere ainda que se arrastam as audiências tendo em conta o processo do Parque de Campismo e que já lá vai um processo com mais de cinco anos para tentar recuperar um espaço que à junta lhe pertence, complementando assim uma praia que foi e ainda é das melhores do norte do país.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Junta nesse ponto, a Sra. Presidente da Assembleia coloca à consideração dos restantes membros da Assembleia, em que se inscreve o membro Américo Dias.

Américo Dias, usa da palavra e abordando a situação do campismo, questiona se existe alguma conclusão relativamente ao mesmo.

O Sr. Presidente, Sérgio Vicente, responde tentando resumir os processos, que se têm arrastado bastante e que o Clube de Campismo Nortenhos se tem aproveitado da situação. Sérgio Vicente, afirma que o julgamento mais importante é no Tribunal de Ovar, em que se discute se a JFC tem ou não a pagar as construções edificadas pelo clube de campismo, lembrando que o primeiro pedido de indemnização é de três



milhões de euros e o valor fixado pelo juiz foi de 376 mil euros em que a Junta recorreu e ganhou um recurso, mas estão à espera da fase final, pois o julgamento foi repetido. Nestas últimas audiências acontecem coisas caricatas e sem explicação, como o juiz, por força do testemunho da Chefe de Divisão Financeira e Jurídica da CMO, pedir um parecer à CCDRC, à Agência Portuguesa do Ambiente e à própria Câmara Municipal, sendo que esta última estaria sempre dependente das entidades superiores. As entidades deram o seu parecer, testemunharam-no em julgamento em novembro e o juiz após ouvir todas as entidades voltou a suspender as audiências marcando para janeiro novas audiências alegando a necessidade de um parecer da CMO, sendo assim um contra censo. Afirma ainda que se trata de uma volta de 360° sem efeito nenhum e que a situação está nesse ponto atualmente. Quanto ao processo onde a JFC reclama as rendas não pagas pelo clube desde 2008, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia realça que são muitos anos e que só ao 4º juiz é que foram dadas as audiências de julgamento e que ainda ia levar algum tempo. O mesmo juiz ouviu as testemunhas das duas partes e na sessão de dezembro o processo foi adiado porque o juiz decidiu que no início do processo o clube teria posto em causa o contrato de arrendamento e o juiz tem então de se debruçar sobre a validade do mesmo. Neste processo está já reconhecida uma dívida de 181 mil euros mais juros por parte do clube, onde se junta ainda no processo de Ovar uma execução a favor da JFC de 90 mil euros mais juros, portanto trata-se de um valor importante. Sérgio Vicente afirma ainda que o processo já custou à Junta de Freguesia, cerca de 125 mil euros, desde que se iniciou. O Sr. Presidente informa ainda a Assembleia que o clube tem um processo de insolvência sobre ele mesmo onde a JFC é maior credor, onde vários trabalhadores iniciaram o processo e que inicialmente foram considerados ilegítimos e que não poderiam reclamar insolvência. No entanto recorreram e ganharam o recurso, mas a decisão final é que não são credores do clube e voltaram à estaca zero e é mais recurso. Conclui, dizendo ainda que atualmente já observa uma tentativa de reconciliação por parte do Clube de Campismo Os Nortenhos e chegar assim a um acordo, sendo que pedem 200 mil euros para chegar a um acordo e que a JFC entende que é exagerado, pois neste momento entendem que mesmo que a Junta de Freguesia seja condenada, terá de ser por menos deste valor. Sérgio Vicente afirma também que não acredita que se chegará a qualquer tipo de entendimento, pois nunca foi conseguido até agora.



Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, dá-se a continuação na ordem de trabalhos.

Ponto Quatro: Discussão e Votação da proposta para venda do prédio com o Artigo Matricial nº 857, propriedade desta freguesia

No início deste ponto, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra a Sérgio Vicente para a explicação do ponto em questão.

Sérgio Vicente usa da palavra e sugere, se assim a Assembleia o permitir, explicar os três próximos pontos apenas numa intervenção, de forma a não se repetir e não alargar ainda mais a duração da reunião. Após autorização da Assembleia, Sérgio o Sr. Presidente da Junta da Freguesia passa à explicação dos três pontos em simultâneo (ponto quatro, ponto cinco e ponto seis).

Inicia por demonstrar onde é a localização dos artigos. O Artigo Matricial nº857 é o terreno ao lado da Casa de São Paulo e o Artigo Matricial nº562 é um terreno que fica na freguesia de Esmoriz, junto ao Restaurante Flor da Montanha e as casas da junta tratam-se de 14 casas degradadas e a necessitar de intervenção.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia argumenta que o Executivo não pretende delapidar o património da freguesia, nem vender tudo o que os antepassados conquistaram, mas o que aconteceu foi que no terreno ao lado do Restaurante Flor da Montanha (Artigo Matricial nº562), surgiu uma intenção de compra através de um telefonema em que foi questionada a intenção da JFC o vender e que o Sr. Presidente afirmou que seria possível, caso aparecesse um valor justo. Foi feita então uma avaliação do terreno, conforme a lei e o mesmo foi avaliado em 110 mil euros. Sérgio Vicente, afirma ainda que por este valor podia ser decidido apenas pelo Executivo da Junta de Freguesia, entenderam que a assunto deve ser exposto à Assembleia. O Sr. Presidente da Junta declara que em dezembro, tendo em conta o processo do parque de campismo, a JFC foi responsabilizada a pagar aos trabalhadores os vencimentos em cerca de 70 mil euros. Coloca-se um problema, visto que em diálogo com a administração, os mesmos alegam não terem possibilidades para realizar o pagamento e só conseguiriam pagar cerca de quatro mil euros mensais, o que fazia com que a JFC necessitasse de vários anos para pagar aos trabalhadores. Alguns trabalhadores



entenderam que não queriam esperar e começaram a penhorar os créditos da JFC junto da CMO e naturalmente dá para entender que é uma verba para pagar agora e não existe receita para continuar a exercer aquilo que é o exercício da Junta de Freguesia e pagar aos trabalhadores neste curto espaço de tempo, mesmo que depois se receba a verba por parte da administração do parque. Neste sentido, o Executivo vê com bons olhos a venda de um dos bens, pelo menos, de forma a depois reaver o dinheiro e depois canalizar para investimento em prol da freguesia. O Sr. Presidente afirma também que Cortegaça apresenta um problema de falta de receita, tendo em conta que uma das maiores fontes de receita era o parque de campismo e agora não o é, pois a JFC já perdeu de obter cerca de meio milhão de euros, durante os dez anos que passaram e para além disso já se gastou com os processos cerca de 125 mil euros, ou seja, cria algumas limitações ao Executivo e nem com vários pedidos junto da Câmara, não é suficiente para as necessidades de investimento que a freguesia está habituada. Pode ainda surgir a possibilidade de a freguesia ficar inoperante se assim se comprovar que a JFC tiver de pagar aos trabalhadores do parque. Conclui que foi neste sentido que surgiu a ideia de venda deste terreno, não existindo ainda uma proposta. Fundamenta ainda que a ideia da Junta de Freguesia é trazer o tema a discussão, reforçando novamente que poderia ter sido uma decisão tomada sozinha pelo Executivo.

Continuando as explicações de venda do próximo artigo (Artigo Matricial nº857), o Sr. Presidente da Junta de Freguesia informa que se trata do terreno onde a Câmara Municipal iria construir o Centro Educativo, coisa que já não vai acontecer. Sérgio Vicente assume ainda que foi contactado recentemente e pessoalmente por um investidor que o questionou se haveria algum local na freguesia em que pudesse ser construída uma unidade hoteleira, ao que lhe foi respondido que a JFC tem terrenos para esse efeito e que seria algo que viam com bons olhos. Sérgio Vicente informa que sugeriu ao investidor o terreno em questão e que teria de ser alvo de avaliação feita por um perito, que trabalha também para a CMO. Por ser um motivo de interesse para a freguesia, optou-se então por também se trazer o tema a Assembleia de Freguesia, porque trará benefícios financeiros e benefícios culturais, sociais e turísticos para a freguesia.

Na questão das casas, o Sr. Presidente informa que as 14 casas dão um rendimento mensal total de 1040 euros, casas muito antigas de 1970 e a necessitar de intervenções profundas, principalmente nos telhados. Comunica também que foi pedido orçamento



para a substituição dos telhados e que o mesmo tinha o valor de 60 mil euros, o que é bastante elevado, sendo que é impensável nesta altura um investimento desse calibre. Neste ponto, o Sr. Presidente revela que a CMO procura casas para habitação social e colocar pessoas com dificuldades económicas, mas a Câmara não coloca as pessoas nas condições em que as casas estão atualmente, necessitam obrigatoriamente de obras. As casas podem também ser vendidas a inquilinos, potenciais interessados ou até mesmo à Câmara, ressalva Sérgio Vicente.

Resumindo, Sérgio Vicente, afirma que qualquer um destes bens pode ser vendido sem consulta da Assembleia de Freguesia, mas que gostam de trabalhar de forma transparente e só assim faz sentido trabalhar. O Executivo solicita então à Assembleia de Freguesia a possibilidade de encetar as negociações para os ditos terrenos e obter propostas e depois em Assembleia Extraordinária, se assim a Sra. Presidente da Assembleia o entender, discutir as propostas e decidir o que vender. O Sr. Presidente informa ainda que se a proposta da venda de um dos terrenos for satisfatória ou vantajosa, possivelmente a venda do outro será abdicada.

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Luciana de Sousa, entrega à consideração a discussão dos pontos por parte dos membros da Assembleia de Freguesia.

Seguidamente, os membros da bancada do Partido Socialista solicitam à Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia uma pausa para o preenchimento de uma declaração de voto, alegando que não tinham conhecimento de todos os factos e a documentação de suporte necessária para assim justificar de alguma forma o sentido de voto da bancada, não colocando em causa de forma nenhuma a venda de qualquer uma das vendas. Suprime-se desta forma a transcrição dos motivos do sentido de voto, tendo em conta que se encontra no Anexo 2 a declaração de voto em questão evita-se assim duplicação de informação.

Lida e entregue a declaração de voto por parte de Américo Dias, inscreveu-se também Jorge Miguel Silva, membro da bancada do Partido Social Democrata.

Jorge Miguel Silva inicia a sua intervenção por demonstrar que a bancada do Partido Social Democrata demonstra total apoio ao Executivo da Junta de Freguesia nos pontos em questão (ponto quatro, ponto cinco e ponto seis). Fundamenta o apoio por não se



tratar de vendas sem critério algum e de vender só por vender, mas que assentam em quatro pontos que são fundamentais no ponto de vista da sua bancada. O primeiro ponto prende-se com a honestidade e transparência por parte do Executivo em trazer estes temas a discussão, quando o poderiam ter feito sem qualquer aviso à Assembleia de Freguesia. No segundo ponto realça o investimento que uma unidade hoteleira pode trazer à freguesia de Cortegaça. Fundamenta também que estas vendas podem trazer uma maior estabilidade financeira às contas da JFC o que é muito importante. E finalmente observa porque no que toca à venda de casas, tem o intuito de servir para a habitação social e é uma causa bastante louvável e de deixar nota sobre o assunto. Jorge Miguel Silva, termina reforçando o apoio em 100% ao Executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça.

Posto isto, a Sra. Presidente oferece a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para caso pretenda fazer algum esclarecimento adicional.

Sérgio Vicente propõe ainda que a decisão da venda fique condicionada a ser sufragada numa Assembleia de Freguesia Extraordinária, tanto por os pontos quatro, cinco e seis.

Seguidamente, passou-se à votação separadamente dos pontos quatro, cinco e seis.

Ponto Quatro: Discussão e Votação da proposta para venda do prédio com o Artigo Matricial nº 857, propriedade desta freguesia

Este ponto foi aprovado por maioria, com sete votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e duas abstenções do Partido Socialista.

Ponto Cinco: Discussão e Votação da proposta para venda do prédio com o Artigo Matricial nº 562, propriedade desta freguesia

Este ponto foi aprovado por maioria, com sete votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e duas abstenções do Partido Socialista.



Ponto Seis: Discussão e Votação da proposta de venda das casas, pertença da Junta de Freguesia ao Município de Ovar, para habitação social e aos eventuais inquilinos e outros interessados

Este ponto foi aprovado por maioria, com sete votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e duas abstenções do Partido Socialista.

Findos os pontos quatro, cinco e seis a Sra. Presidente dá seguimento à ordem de trabalhos.

Ponto Sete: Discussão e Votação da adesão da Junta de Freguesia à Anafre

Neste ponto foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, em que o mesmo esclareceu que atualmente a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias assumem o papel importante naquelas que são as discussões das grandes linhas orientadoras das competências e dos financiamentos para municípios e freguesias. Afirma também que Cortegaça já pertenceu à Anafre e que faz sentido voltar a pertencer no sentido de afirmação da freguesia de Cortegaça, numa associação que representa todas as freguesias do país e poder lutar por aquilo que poderá ser mais justo para as freguesias.

Dada a explicação, não existiu nenhuma inscrição por parte dos membros da Assembleia de Freguesia e passou-se então à votação da adesão da Junta de Freguesia à Anafre.

A adesão da Junta de Freguesia foi então aprovada por unanimidade, com naturalmente nove votos a favor.

Ponto Oito: Discussão e Votação dos Documentos Previsionais de 2019

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para proceder à apresentação da informação deste ponto, com base na documentação previamente enviada por email a todos os eleitos na Assembleia de Freguesia de Cortegaça.



O Sr. Presidente da Junta, Sérgio Vicente, tomou a palavra para dar conta, que o relatório do Orçamento das Grandes Opções do Plano, para o ano económico do ano 2019 é muito explícito e esclarece as alterações para o ano económico de 2019. Este orçamento está implícito á questão da problemática do parque de campismo, onde já conta com uma verba para pagar os direitos reconhecidos pelo tribunal para os trabalhadores abrangidos. Afirma que neste orçamento a verba que sai do lado da despesa é exatamente igual á do lado da receita que é isso que está emanado pelo tribunal, ou seja, a Junta de Freguesia pagando também tem a receber da administração do parque de campismo. Sérgio Vicente reforça que nesse sentido o valor global da despesa e o valor global da receita sofrem um aumento considerável, mas é em grande parte por esta questão, que reflete um valor de 160 mil Euros, em que a circunstância da venda dos terrenos prende-se com o fazer face a esta situação. O Sr. Presidente da Junta denota que com a verba que se vai receber por parte da administração, poderá vir a ser canalizada para investimentos para Cortegaça, se a Junta de Freguesia ou a Assembleia de Freguesia, assim o pretenderem fazer. O Sr. Presidente da Junta diz ser esse o seu objetivo e que no fundo são essas as grandes alterações ao orçamento, que é feito tendo por base a média das despesas e das receitas dos últimos dois anos. Referiu ainda que foi sintético, mas que o documento por si só é muito explícito e esclarecedor, fortalecendo que se encontra ao dispor dos membros da Assembleia de Freguesia para qualquer esclarecimento.

Findada a intervenção, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à consideração dos restantes membros da Assembleia, o ponto em questão onde se inscreveram Miguel Coelho e Américo Dias.

Tomou a palavra o membro da bancada do Partido Socialista, Miguel Coelho, para pedir explicações acerca do processo judicial que está em curso em tribunal e da venda do património da Junta de Freguesia, afirmando não estar na posse de documento para poder tecer opinião relativamente á venda de património. Relativamente ao processo judicial o membro Miguel Coelho, dá conta que foi transmitido anteriormente, os custos dos processos judiciais ficariam “ela por ela” e a JFC não teria custos adicionais, mas que hoje já foi dito que haveria uma diferença de mais ou menos 100 mil euros, mais o custo da indemnização de alguns funcionários do parque de campismo e que neste sentido se encontra preocupado e no seu entender esta situação judicial do parque de campismo, está a complicar-se cada vez mais, prejudicando a Junta de Freguesia.



Posteriormente, usou da palavra o membro Américo Dias, que apresentou algumas dúvidas e observações respeitantes aos Documentos Previsionais de 2019. Afirmou que havia questionado ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, numa reunião anterior, se a verba protocolada com a CMO seria suficiente, ao que lhe foi respondido que sim. Américo Dias verificou então que essa verba se torna insuficiente. Referiu ainda, que no ponto três do Documento Previsional, citando o ponto em questão, o executivo deve estar a referir-se a heranças passadas, e pede esclarecimentos sobre este ponto, responsabilizando a culpa por parte do atual Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Américo Dias questionou ainda que tipo de investimento estaria previsto para o cemitério com a verba de 20 mil euros alocada. O membro pediu ainda esclarecimentos nas diversas verbas destinadas a limpezas de jardins, bermas e valetas onde se prevê gastos de 40 mil euros. No entanto afirma que várias dúvidas foram anteriormente esclarecidas.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, admite alguma confusão por parte da bancada do Partido Socialista, estando certo que não foi por falta de tempo, até porque o limite legal foi largamente cumprido, tratando-se assim de um argumento completamente descabido.

Iniciando os esclarecimentos, acerca das dúvidas colocadas pelo membro Miguel Coelho, a empresa em insolvência é o Clube de Campismo Os Nortenhos e não a empresa no momento. O Sr. Presidente da Junta relembra que a JFC já recebeu a primeira prestação de cerca de três mil euros e esclareceu também que o problema da gestão das contas da Junta deve-se ao desfasamento entre o tempo de recebimento e o tempo de pagamento e se existe um tempo de recebimento de dois meses e um tempo de pagamento de duas semanas, gera um grave problema de tesouraria. Seguidamente, Sérgio Vicente esclarece que os 100 mil euros em questão têm haver com aquilo que foi construído pelo clube e a JFC entende que não vale aquilo que a mesma tem para receber, ou seja, 270 mil euros mais juros. O que o tribunal decidiu que a JFC tinha a pagar seria de 376 mil euros, no entanto foi recorrido e está a decorrer o julgamento. Analisando o processo, o diferencial é de 100 mil euros, não quer dizer que será o que a JFC terá de os pagar.

Aproveitando o facto de estar a falar no processo do Campismo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, responde às questões de Américo Dias, para lhe dar conta que



herdou uma situação financeira difícil e que se prende com a questão do Parque de Campismo desde 2008, sendo ela a principal fonte de receita da JFC. Sérgio Vicente frisou ainda que tendo em conta essa problemática, a Junta teve a capacidade de colocar grandes obras no terreno e cumpriu todos os compromissos assumidos com os cortegacenses e neste sentido o orçamento financeiro começa a tornar-se curto para as necessidades e reivindicações dos cortegacenses.

Seguidamente, o Presidente da Junta retomou a palavra para continuar a dar resposta às questões colocadas pelo membro Américo Dias, esclarecendo o que são competências da Junta de Freguesia e o que são competências delegadas pela Câmara Municipal de Ovar na Junta de Freguesia de Cortegaça. Esclarece que a situação é fruto do acordo de execução e reforça que o valor de cerca de 99 mil euros que a CMO negociou com a JFC para as cinco competências é suficiente para essas competências em questão e que servem para os mínimos exigidos para a Freguesia de Cortegaça, mas, que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia naturalmente reclama mais valor financeiro junto da CMO. No respeitante aos 20 mil euros de investimento, o Sr. Presidente da Junta dá conta, que este executivo fez uma memória descritiva e um caderno de encargos para uma primeira intervenção no cemitério antigo. Por fim, afirmou que em dezembro de 2013 surgiu uma lei que veio criar várias dificuldades à JFC, que como é do conhecimento público estava nessa altura com dívida. A nossa freguesia por força da Assembleia, encurtou o tempo de pagamento da dívida e tudo isto a juntar ao problema do parque de campismo, veio provocar o constrangimento financeiro atual. Sérgio Vicente termina, reforçando que o Executivo tem feito uma ótima gestão financeira e a prova disso é a manifestação de satisfação da população de Cortegaça.

Terminada a intervenção e não havendo mais esclarecimentos a prestar, a Sra. Presidente de Assembleia de Freguesia de Cortegaça procedeu à votação dos Documentos Previsionais de 2019.

A votação dos Documentos Previsionais de 2019 foi aprovada por maioria, com sete votos a favor e duas abstenções. Após a votação, segue-se a ordem de trabalhos prevista.

Ponto Nove: Discussão e Votação do Mapa de Pessoal 2019



A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para prestar os devidos esclarecimentos em torno deste ponto.

Sérgio Vicente, agregando os pontos nove dez da ordem de trabalhos, refere que não existem alterações, mantendo assim os valores atuais, ao contrário de algumas freguesias que têm vindo a aumentar os valores.

Não havendo intervenções por parte dos restantes membros da Assembleia de Freguesia, passa-se à votação do mapa de pessoal de 2019, sendo aprovado por unanimidade.

Ponto Dez: Discussão e Votação das Taxas 2019

Não havendo também intervenções neste ponto, foi realizada a sua votação, sendo aprovado também por unanimidade.

Ponto Onze: Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro do Presidente da Junta de Freguesia

No presente ponto, a Sra. Presidente de Assembleia entrega a palavra a Sérgio Vicente onde o mesmo afirma que a JFC cumpre escrupulosamente o que a lei determina e trata-se de dar conhecimento aos membros da Assembleia através do documento enviado, em que permite também que o Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça possa ficar a tempo inteiro.

Terminado este ponto, Luciana de Sousa, avança para o último ponto da ordem de trabalhos.

Ponto Doze: Proposta da Junta de Freguesia da atribuição de condecoração com medalha de ouro da Freguesia ao Cortegacense, Orlando Alves de Sá

Tendo a palavra Sérgio Vicente, afirma que é um tema que diz assunto a todos os cortegacenses, naquela que é maior distinção e honra que a freguesia pode atribuir que naturalmente surge daquilo que é ajudar e colaborar com a sua freguesia. O Sr.



Presidente da Junta de Freguesia relembra que Orlando Alves de Sá foi autarca, mais concretamente, Presidente da Assembleia de Freguesia, sendo também um industrial de sucesso, contribuindo para a riqueza da freguesia e naturalmente trata-se de um benemérito no que diz respeito às nossas associações, coletividades e no que diz respeito à freguesia. Sérgio Vicente, afirma que o Executivo reconhece todos aqueles que fazem bem e levam a efeito sempre que se justifique o reconhecimento aos cortegacenses que se destacaram em prol da freguesia, como já aconteceu no passado. Conclui, deixando a nota que esta proposta de reconhecimento é de toda merecedora por parte de Orlando Alves de Sá.

Dada a palavra aos restantes membros da Assembleia de Freguesia, Américo Dias usa da palavra declara que a intenção de voto será favoravelmente à proposta do Executivo da JFC, congratulando-se desta forma pela iniciativa e que faz todo o sentido homenagear a pessoa de Orlando Alves de Sá.

Fazendo uma conclusão acerca do assunto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente afirma que o Executivo não é daqueles que pensam que conseguem tudo sozinhos, aliás consideram que faz muito mais sentido que são daqueles que em conjunto se faz muito mais que separados e naturalmente Orlando Sá foi uma pessoa que contribui para todas as obras em conjunto com o Executivo.

A proposta de condecoração foi então aprovada por unanimidade na presente Assembleia de Freguesia.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça, Luciana de Sousa, dá então por encerrada a sessão ordinária de 27 de dezembro de 2018.



ANEXOS



ANEXO 1: Declaração de Voto da bancada do Partido Socialista, tendo em conta a aprovação da ata da anterior Assembleia de Freguesia



ANEXO 2: Declaração de Voto da bancada do Partido Socialista, tendo em conta a venda dos vários Artigos Matriciais apresentados em Assembleia de Freguesia

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto:

Discussão e votação da proposta para venda dos prédios com o artigo Matricial n.º 857

Atendendo à complexidade do assunto em causa, pois trata-se de alienação de Património da Freguesia, não estando em posse de documentação que sirva de sustentação para tomarmos uma decisão em consciência, decidimos pelo sentido de voto da Abstenção

P'lo Grupo do Partido Socialista

Américo Dias

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto:

Discussão e votação da proposta para venda dos prédios com o artigo Matricial n.º 562

Atendendo à complexidade do assunto em causa, pois trata-se de alienação de Património da Freguesia, não estando em posse de documentação que sirva de sustentação para tomarmos uma decisão em consciência, decidimos pelo sentido de voto da Abstenção

P'lo Grupo do Partido Socialista

Américo Dias

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto:

Discussão e votação da proposta para venda das casas, pertença da Junta de Freguesia ao Município de Ovar, para habitação social e aos eventuais inquilinos e outros interessados.

Atendendo à complexidade do assunto em causa, pois trata-se de alienação de Património da Freguesia, não estando em posse de documentação que sirva de sustentação para tomarmos uma decisão em consciência, decidimos pelo sentido de voto da Abstenção

P'lo Grupo do Partido Socialista

Américo Dias

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto:

Análise e votação da Ata de vinte de Setembro do Ano de dois mil e dezoito

Os elementos do grupo do Partido Socialista, nesta Assembleia de Freguesia, numa leitura e análise mais atenta à Ata da Reunião Ordinária de 20 de Setembro do corrente ano, não a puderam votar favoravelmente pelas seguintes razões:

O nosso entendimento, e julgo que é partilhado por todos os elementos desta Assembleia, é de que cada Ata deve transcrever com rigor os factos que relata, não criando contradições, nem deturpações nos seus relatos. Acreditando que estas falhas não são propositadas, já não compreendemos tão bem, que com três meses de tempo para elaborar, redigir e analisar uma Ata, subsistam na sua transcrição imprecisões que no nosso entender não deveriam acontecer. Como por exemplo a relatada no ponto dois, onde é mencionado que foi enviada por mail a Ata de treze de Julho, assim como o respetivo anexo da declaração de voto de Américo Dias, quando na realidade essa declaração de voto não foi enviada, originando uma contradição à intervenção do Deputado Miguel Coelho, quando na sua intervenção pede e recomenda que “se possível no envio das Atas sejam incluídos os respetivos anexos ou Declarações de voto, para arquivo pessoal de cada elemento”.

Ou ainda, como o facto de relativamente à minha intervenção, nas questões que enderecei ao Sr. Presidente da Junta, me ter sido atribuída uma questão, a qual tenho a certeza que não fiz, onde pretensamente perguntava “se a Junta fez alguma diligência junto da Câmara de Ovar, no sentido de esta intervir, relativamente ao estado do Buçaquinho Scout Camp”. Não me recordo de ter feito tal pergunta, até porque se existe algum problema com o estado do Buçaquinho Scout Camp, desconheço por completo. Aliás nas suas respostas o Sr. Presidente não fez qualquer abordagem a esta questão...

Foi também omissa na Ata, uma pergunta que fiz ao Sr. Presidente da Junta, de, “se já tinha alertado a Câmara Municipal de Ovar, para as deficiências e imperfeições que vão surgindo na obra do Largo do Campo, no sentido de esta exigir junto do Empreiteiro, enquanto a obra se encontra dentro do prazo de garantia, as necessárias correções”.

Essencialmente por estes motivos, que consideramos importantes, não pudemos votar favoravelmente esta Ata.

P'lo Grupo do Partido Socialista

Américo Dias